

► **Informações Básicas**

Texto do Discurso

O SR. MARCELO FREIXO – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu quero ser muito breve no meu relato hoje, mas trata-se de um assunto que eu já venho tratando aqui neste plenário, que diz respeito ao tema da tortura que, lamentavelmente, persiste na nossa história.

Nós estamos com um grande debate na sociedade sobre a importância da Comissão da Verdade, Deputada Janira. O próprio Governo Federal tem tido uma postura em relação a isso, esse é um debate muito intenso na Câmara de Deputados, também no Senado, e tem todo o nosso apoio. Diversos Deputados aqui já se manifestaram favorável, porque é evidente. Todo povo tem direito à sua história. E não é pedir nada demais. Países vizinhos, que viveram também ditaduras avançaram muito mais do que o Brasil nesse processo. É o caso da Argentina, do Uruguai, do Chile, e de tantos outros. Não negam ao povo o direito à sua história.

Só que mais do que isso, a tortura não é um problema do passado, lamentavelmente. A tortura é uma realidade dos dias de hoje. A tortura não acabou com o fim da ditadura, assim como ela não começou na ditadura. Este País conviveu com a escravidão. Este País se tornou República sem conseguir retirar do próprio Estado as práticas da tortura, da violência, do massacre físico e psicológico contra aqueles que o Estado ao longo da sua história foi determinando serem seus inimigos. Na ditadura, nós sabemos que isso se acirra. Mas é triste quando chegamos em tempos ditos democráticos, e sem dúvida não é a mesma coisa que viver na ditadura, sem dúvida tivemos avanços muito significativos nos direitos políticos, nem tanto em outros setores, mas nos direitos políticos evidentemente, tanto é que isso aqui hoje acontece, a possibilidade de falarmos sobre isso no Parlamento, não era possível isso durante a ditadura. Mas, nos porões das delegacias, nos manicômios, nos porões da Febem's e dos Degases, nos porões de onde o Estado trabalha com a privação da liberdade, assim como nos porões em diversas situações ainda de rua, em diversas comunidades ou favelas, a tortura ainda é prática, a tortura ainda é instrumento do Estado, lamentavelmente.

E neste sentido eu quero chamar a atenção de que isso não é um destino, isso não é algo traçado, isso não é algo irremediável, isso é algo que tem instrumentos possíveis para um enfrentamento. Isso pode e deve ser enfrentado.

Neste sentido, eu tenho aqui em minhas mãos uma nota de repúdio à declaração da Presidente Dilma Roussef sobre a tortura na Universidade de Harvard. Em uma palestra ela disse: “Não tenho como impedir em todas as delegacias do Brasil de haver tortura”. Olha, é grave! É muito grave! Ainda mais com a história de vida que tem a Presidente Dilma, que é uma história de resistência; que é uma história reconhecida de luta; que é uma pessoa que foi vítima de tortura e que hoje preside este País.

Nesse sentido é uma vitória para o País ter uma mulher que foi vítima de tortura, que lutou contra a ditadura, chegar à Presidência. Até por isso, até pela história que tem, além da sua responsabilidade do cargo máximo do Estado, ela não pode dizer que não pode fazer nada para deter a tortura. Pode e deve! Pode e deve! Uma coisa é reconhecer que existe a tortura, isso ela deve fazer; reconhecer que a tortura existe, mas jamais dizer que não pode fazer nada. Jamais dizer, vou repetir: “não tenho como impedir”. Pode até não conseguir impedir, mas dizer que não tem como não é a postura que se permita a uma Presidente da República.

Ela é obrigada a fazer de tudo para impedir, coisa inclusive que não tem feito. O Brasil é signatário do protocolo contra a tortura da ONU e não coloca em prática determinações do próprio protocolo. Nesta Casa nós avançamos; nesta Casa nós criamos o comitê de prevenção à tortura e o mecanismo de prevenção à tortura, que em nível nacional ainda não funciona. Esse é o instrumento que a Presidente, antes de declarar que não tem como impedir a tortura, deveria fazer. Pode até fazer e isso não inibir a tortura, mas tem que fazer e não fez.

Neste momento, há pelo menos dois meses, está nas mãos da Presidência da República um relatório da ONU, de visitas do ano passado, sobre a situação da tortura no País. Esse relatório o Governo Brasileiro divulga, dá publicidade se quiser. Estranhamente, a Presidente que diz que não pode impedir a tortura está impedindo a divulgação do relatório da ONU sobre a situação da tortura no País. Isso é algo que ela pode fazer: dar publicidade ao relatório da ONU indicando onde e como a tortura está acontecendo, porque a partir da publicidade desse relatório se faz um debate honesto com a sociedade civil e medidas concretas podem ser tomadas.

Não adianta dizer que é favorável à verdade no passado se não conseguimos trabalhar com a verdade no presente. Ótimo, toda a disposição do Governo para revelar a verdade no passado, mas tem que ter a coragem de admitir que a tortura exista hoje; tem que ter a coragem para pegar o relatório da ONU e divulgá-lo e dar publicidade para dizer: “a tortura existe, nós vamos enfrentar”.

O que nós queremos ouvir da Presidente é que a tortura é inadmissível, em qualquer época, em qualquer regime, em qualquer governo. A tortura é inadmissível! Sobre a tortura tem que haver todo esforço do Governo para enfrentá-la e não a constatação de que não pode impedir; pode e deve impedir porque é o estado ainda agindo tendo como instrumento a tortura. A Presidente sabe o que significa tortura; não poderia dizer isso. Tem um repúdio aqui de 14 entidades extremamente reconhecidas contra essa declaração.

É possível que a Presidente tenha se equivocado. A melhor maneira de ela corrigir essa frase, dela corrigir esse entendimento,... Porque esse entendimento pode gerar o entendimento nas delegacias, nos presídios, nos manicômios de que a tortura pode ser feita, porque a Presidente está dizendo que não tem como impedir. Então, façam a festa, torturem à vontade! É isso? Não, aqui nós avançamos; ainda precisamos dar condições de trabalho ao mecanismo e ao comitê, não demos ainda; aprovamos, mas não demos condições de trabalho. Precisamos fazer isso para realmente enfrentarmos a tortura; mas é um avanço. O País pode e deve avançar naquilo que já está previsto; não adianta assinar protocolo internacional para dizer que o País tem essa postura se essa postura não é praticada no seu dia a dia.

O Brasil, há muito tempo, requisita um cargo na Comissão de Segurança da ONU. Deve

repensar esse desejo quando a própria Presidente diz que não tem condições de enfrentar a tortura. Tem diversos instrumentos para se enfrentar a tortura. Eles não foram testados, eles não foram tentados.

Divulgue o relatório da ONU sobre a tortura no Brasil. Imediatamente, abra o debate sobre a prática da tortura hoje. É o primeiro passo que esse Governo Federal pode dar no sentido de combater a tortura e vai perceber que muito pode ser feito, muito deve ser feito, jamais o silêncio, jamais admitir a inoperância diante de um crime bárbaro que assola os brasileiros há tantos anos.

Muito obrigado.

▲ TOPO